

ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Aos vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e três, quinta-feira, às dez da manhã, reuniu-se virtualmente pelo Google Meet o Comitê Permanente de Assistência Estudantil. Em sua quarta reunião ordinária sob a presidência de Livia Neves Ávila, onde estiveram presentes: Petrus Curiel Rigotti - Vila Universitária; Mariana Silva Santos - Titular PRACE; Djalma Teixeira Bastos Junior - Titular PROPLAD; Letícia Pereira de Sousa- Titular PROGRAD; Priscila Sena Gonçalves - Suplente PRACE; Nilma Rodrigues Alves- Titular campus morro do cruzeiro; Marcelo Dias de Santana - Titular CAIN; Hugo Guarilha - Suplente Assufop; Hércules Gidel Lucena de Sousa - Titular C Saúde Comunitária; Eduardo Evangelista Ferreira; Camila Freitas de Miranda; Daniel Hydalgo Ebert - Titular Conjunto I Mariana. A presidente iniciou a reunião fazendo uma votação para os titulares presentes responderem se estavam de acordo em fazer a reunião do COPAE quando houver quórum (maioria simples) dos membros, sendo que são dezoito membros titulares e dezessete suplentes, a maioria votou que sim, totalizando nove votos favoráveis e dois desfavoráveis. A presidente continuou a reunião com a apreciação seguido de aprovação pelos demais membros da ata da III reunião ordinária do COPAE, incluída em anexo do convite feito aos membros. Foram apresentados os encaminhamentos que foram feitos para a PRACE, que são: I) Qual foi o critério utilizado pela PRACE para atribuir o valor do auxílio para pagamento de energia elétrica? A presidente esclareceu que foi estabelecido o consumo mínimo por casa, conforme valor mínimo de referência informado pela CEMIG. II) Existe previsão de instalação das placas fotovoltaicas? Como a PRACE tem acompanhado/cobrado a solicitação de instalação? Em resposta, a PRACE não tem condições técnicas de responder a esta questão, pois isso é tratado com a CEMIG, foi sugerido fazer um encaminhamento à PRECAM. III) Existe algum termo de cooperação técnica entre a UFOP e a CEMIG? Se sim, como funciona? A presidente relatou que a PRACE também não tem condições de responder essa questão e sugeriu fazer uma solicitação ao PRECAM. IV) Existe possibilidade da PRACE voltar a assumir os pagamentos das contas de energia elétrica das moradias socioeconômicas? Ela informou que para o ano de 2023 não há disponibilidade orçamentário para pagamento de energia elétrica das moradias além dos valores já estabelecidos pelas resoluções CUNI 1910 e 1775. V) Para aqueles estudantes que não tiverem condições de pagar a energia elétrica, qual seria a alternativa que a PRACE poderia apresentar? Do qual a PRACE informou que os estudantes que estiverem em dificuldade financeira poderiam procurar a área de avaliação socioeconômica para avaliar se houve alguma alteração da condição, não foi colocada alternativa ao pagamento. Petrus Curiel, disse que a PRACE não pode ter nenhum tipo de débito para ter as instalações das placas fotovoltaicas. Dando continuidade aos encaminhamentos, Livia falou o segundo, que é sobre a análise das justificativas de desistência das vagas nas Repúblicas Federais. Ela informou que no formulário com as justificativas, foram encontradas 122 respostas dadas em 2022 no período de março a novembro. Dessas respostas, são relativas apenas à desistências, sendo 85 alegaram motivos pessoais e interesse próprio (inclui questão de saúde, mudança de cidade, evasão, conclusão de curso, desejo de residir mais próximo do campus/ estágio, etc; 2 alegaram que a desistência foi em função da pandemia; 5 alegaram que a desistência foi em função de questões familiares; 14 alegaram que desistiram porque conseguiram vaga na moradia socioeconômica e 16 alegaram não adaptação. A presidente destacou que essas informações foram apresentadas de modo a não expor as repúblicas e nem os estudantes.

Em sequência, a presidente iniciou a discussão sobre a pauta de permanência dos(as) estudantes nas Repúblicas Federais (discussão com ênfase nas batalhas, trotes e caixinhas), ela informou que nessa questão, o foco deveria ser da permanência dos estudantes, pensando inicialmente das batalhas, trotes e caixinha, visto que, diante do número que tem disponível de vagas ociosas nas repúblicas federais (conforme pode ser visto na listagem atualizada que está anexada no convite da reunião - 284), e que consta CUNI os artigos Art. 5 e 11 que fala sobre alunos em vulnerabilidade socioeconômica nas repúblicas federais. Com isso, a presidente informou sobre um retorno da PRACE sobre esta questão, que o percentual de bolsistas nas Repúblicas Federais está compatível com o percentual de bolsistas da universidade, o que mostra que essas moradias possuem estudantes de graduação em vulnerabilidade socioeconômica. Ela apresentou os dados sobre bolsistas na UFOP que são, aproximadamente 18% de 11153 alunos, 1956 são bolsistas. Além disso, com relação às indicações da PRACE, os alunos que não conseguem uma vaga imediata nas moradias socioeconômicas e demonstram o interesse em residir em uma República Federal (nem sempre isso acontece pela falta de interesse em participar do sistema republicano) são indicados para as Repúblicas Federais. Mesmo com essas práticas já estabelecidas e indicadas acima, no momento da recepção dos calouros é informada a possibilidade da residência em Repúblicas Federais. Lívia informou que diante das informações, dos relatos e dos dados, que a questão não era relacionada a reserva de vagas, mas sim de permanência, ou até mesmo de interesse em participar do sistema - e do porquê isso pode estar acontecendo. Então foi elencado 3 questões para iniciar a discussão que seria batalhas, trotes e caixinha (caixinha pensando nos valores delas e acesso de estudante bolsista e no valor máximo da bolsa permanência que é 400,00). Ela disse que dentro dessa antiga pauta, fez uma reserva de vagas para pessoas com deficiência, e deu um retorno de que a PRACE vai iniciar um grupo de escuta para pessoas com deficiência. Marcelo Dias complementou que as datas para este grupo são: 7 de fevereiro em Mariana, 9 de fevereiro em Ouro Preto e 14 de fevereiro João Monlevade. Em seguida, foi aberto um momento para debates, e contribuições para essa pauta. Letícia Pereira trouxe a informação de redução no índice de ocupação de vagas nas universidades federais, e no último processo seletivo, a UFOP que sempre no Sisu ocupou mais de 90% das vagas, nesse período ocupou 70%, logo, o período começou com um número menor de estudantes, então isso tem reflexo em vários setores inclusive na moradias. Ela acredita que essa pauta possa voltar para a discussão, se futuramente essas vagas cheguem perto dos 100% de ocupação. Eduardo Evangelista, voltou no assunto sobre economizar verba com as placas fotovoltaicas, ele disse que nas repúblicas federais e as socioeconômicas podem haver muitas desistências, pois a conta de água está vindo muito cara, tem república que a conta chega a quatro mil reais, e a tendência é aumentar muito pois a tarifa é absurda. Então ele propôs que seria interessante pensar em uma maneira de ajudar os estudantes de Ouro Preto com os valores das contas, conversar com a PROGRAD e criar uma comissão para entendermos a questão de infraestrutura do campus, se é possível também instalar as placas fotovoltaicas. Djalma Teixeira digitou: “muitas das ações que o Eduardo aponta são de competência da PRACE. A PROPLAD cuida do orçamento repassado às pró-reitorias e unidades em geral da universidade a nível macro.” A presidente sugeriu que o COPAE possa pegar essas informações mais objetivas sobre as placas fotovoltaicas e fazer um encaminhamento para saber mais informações sobre a instalação das placas e que a ideia da comissão é excelente. Lívia se questionou se em Ouro Preto os estudantes não estão pagando a conta de água, e disse que em Mariana não tem essa cobrança. Daniel Hydalgo informou que em Mariana algumas casas no conjunto 1

tem cobrança da conta de água, sendo que é pago uma taxa mínima. Petrus Curiel, completou a fala de Eduardo, que a instalação das placas fotovoltaicas também vai ser bom para a universidade pois vão economizar verba. Livia disse que a gestão informou que as placas vão ser instaladas mas que ainda não tem previsão. Eduardo complementou que em Mariana, a UFOP tem um poço que abastece as moradias “moitas”, mas as do Catete perto do ICOSA, tem um hidrômetro só que não começou a cobrar pois não há um contrato entre UFOP e o SAAE de Mariana, e a prefeitura não tomou uma decisão de iniciar a taxaçoão por volume E em Monlevade já tem cobrança a bastante tempo. Daniel Hydalgo, disse que o valor a caixinha em sua casa, varia entre 70 e 100 reais e tem a ajuda de energia elétrica de 180 reais, que a UFOP paga, então ele pensa se tem alguma forma de cobrar dessas repúblicas, federais, uma prestação de contas, de saber como esse dinheiro está sendo usado, visto que na casa dele, moram 10 pessoas e que uma caixinha de cem reais dá para pagar as contas. Ele ainda informa que uma bolsa de 400 reais é pouco, visto que o salário mínimo aumentou e as bolsas não, o que acaba dificultando um socioeconômico morar em repúblicas federais onde a caixinha é 300/400 reais. Hugo Xavier, falou que a bolsa acadêmica (extensão e pesquisa) não supre as despesas básicas, sendo necessário o estudante ter que trabalhar para se manter na universidade, sendo que há muitas bolsas com valor baixo. Livia disse que não tem perspectiva de aumento de recurso destinado à instituição. Foi passado para a segunda pauta, sugerida por Petrus Curiel, que é a possibilidade de outras pessoas que moram em outras modalidades de moradia, ocuparem vagas nas repúblicas federais. Petrus Curiel explicou que essa colocação já está sendo discutida na reunião, e que gostaria que fosse discutida a possibilidade de haver uma facilidade para que o estudante possa ter para mudar de moradia, sem passar pelos trâmites de admissão e critério, visto que, para o estudante, pode ser desgastante. Daniel Hydalgo, perguntou para o Petrus Curiel, o motivo das repúblicas federais terem uma comadre. Petrus respondeu o motivo. Livia falou sobre a proposta de 2 encaminhamentos para a próxima reunião, e informou que o COPAE está aberto para receber novas pautas via email. Leticia Pereira, propôs que deveria ser revisto o valor da bolsa para os estudantes e a carga horária, visto que, muitos bolsistas abandonam a bolsa quando arrumam outra atividade remunerada, sendo que muitas vezes o valor das bolsas não é o suficiente. A presidente concordou nessa proposta para ser discutida. Petrus Curiel, complementa que desde 2016/2017 não houve aumento da bolsa. Por fim, a presidente pediu para que os presentes se manifestassem sobre os encaminhamentos sugeridos, todos estavam de acordo. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:52.